

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº

28

Ref.:

Veto 64/2019

Autoria:

Prefeito Municipal

Ementa:

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI 120/2019.

RELATÓRIO

Veto total aposto pelo Prefeito Municipal ao projeto de Lei nº 120/2019 que "GARANTE PRIORIDADE DE ENCAMINHAMENTO À VAGA DE EMPREGO E DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO" de autoria do nobre vereador Alessandro Maraca.

À propositura em questão, cabe parecer favorável pelos motivos apresentados a seguir.

VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta casa, mediante atribuição do artigo 72 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ribeirão Preto emitir parecer sobre a constitucionalidade, a lógica e a adequação gramatical das proposições. Segundo o artigo 109, XV; o veto é uma modalidade de proposição. Desta maneira, faz-se patente, a essa Comissão, verbalizar sua análise acerca da presente matéria; como preconiza a lei regimental. Assim, seguimos.

Trata-se de projeto de Lei nº 151/2019 que dispõe sobre o direito de preferência no encaminhamento à vaga de emprego e de cursos profissionalizantes a mulheres vítimas de violência doméstica no município de Ribeirão Preto. O nobre Prefeito Municipal após veto sobre a totalidade do projeto de lei alegando flagrante inconstitucionalidade por usurpação de atribuição do Executivo.

Decerto, nota-se a existência de invasão na área de competência da Administração por parte da Câmara Legislativa. Em auxílio doutrinário, encontramos na posição do eminente jurista Hely Lopes Meirelles apoio para discernimos as devidas competências de cada Poder:

Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta. Esta é sua função específica, bem diferenciada da do Executivo, que é a de praticar atos concretos de administração. Já dissemos - e convém se repita - que o Legislativo provê *in genere*, o Executivo *in specie*; a Câmara edita normas gerais, o prefeito as aplica aos casos particulares ocorrentes. Daí não ser permitido à Câmara intervir direta e concretamente nas atividades reservadas ao Executivo, que pedem provisões administrativas especiais manifestadas em ordens, proibições, concessões, permissões, nomeações, pagamentos, recebimentos, entendimentos verbais ou escritos com os interessados, contratos, realizações materiais da Administração e tudo o mais que se traduzir em atos ou medidas de execução governamental.

(MEIRELLES, H. L., *Direito Municipal Brasileiro*, Malheiros Editores, 17ª edição, 2013, pág. 631)

Assim, sobre a luz do brilhante mestre, temos que a competência legislativa da Câmara jaz no estabelecimento de atos legislativos *in genere*, devendo dispor normas abstratas e gerais para conduzir a ação do Executivo sem intervir direta e concretamente nas suas atividades reservadas. Esse parece ser o caso que eiva o projeto de lei de inconstitucionalidade. Sobretudo na constância, dentre os artigos da propositura, de relações de documentos a serem apresentados pelas beneficiadas ao Poder Público - clara manifestação de atividade legislativa *in specie* da Câmara Municipal.

Por mais louvável que seja a iniciativa da propositura, há de se reconhecer a usurpação de competência. Cabe ao Poder Executivo, decorrente de suas atribuições, planejar; organizar e direcionar a execução dos serviços públicos. Quando a Edilidade tenta invadir essa atribuição, ela incorre em ilegalidade. Esse ponto de vista é sustentado em diversas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI nº 2007625-32.2015.8.26.0000; ADI nº 2114595.90.2014.8.26.0000; e ADI nº 2007625-32.2015.8.26.0000).

Estas são ações diretas de inconstitucionalidade que visam conceder preferência de tratamento a mulheres vítimas de violência doméstica. Interpreta o órgão judicante sempre a iniciativa da Edilidade na concessão de tratamento favorecido em órgão público específico a mulheres vítimas de violência como invasão indevida no âmbito de atuação Administrativa. Sendo possível dizer que é o posicionamento esperado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo quanto a constitucionalidade desta matéria.

Assim, após análise e discussão, nos termos do Regimento Interno, opino pelo **ACOLHIMENTO DO VETO**, encaminhando pela sua **APROVAÇÃO** e aguardando a votação pelo Egrégio Plenário.

Sala das Comissões, 03 de março de 2020.

ISAAC ANTUNES

Presidente / Relator

"Pelas Conclusões", de acordo com os encaminhamentos do Relator:




MAURICIO VILA ABRANCHES

Vice-Presidente




JEAN CORAUCI

Membro



MARINHO SAMPAIO

Membro



MAURICIO GASPARI

Membro